



CLIPPING INTERNET
11/11/2019 ATÉ 11/11/2019



INDÍCE

1	CEMULHER	
	1.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	1
2	CONVÊNIOS	
	2.1 BLOG DO ACÉLIO.....	2
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG ELIAS LACERDA.....	3
4	ESMAM	
	4.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	4
5	INSTITUCIONAL	
	5.1 BLOG SJNOTÍCIASMA.....	5
6	SERVIDOR PÚBLICO	
	6.1 BLOG AÇAILÂNDIAMA.....	6
	6.2 BLOG DO EDUARDO REGO.....	7

Time da Justiça é bicampeão da IV Copa OAB Society de Açailândia

Aconteceu no último sábado 09, a grande final da IV Copa OAB Society de Açailândia 2019, entre as equipes do SEBRAE x JUSTIÇA.

Com gol de Rafael da equipe da Justiça, o time conquistou o Bicampeonato.

O evento é realizado anualmente pela OAB em parceria com a SEDEJ - Secretária Municipal de Desporto e Juventude de Açailândia.

Comentários

PRF e TJMA assinam Acordo de Cooperação Técnica que viabiliza lavratura de TCO pela PR

O Acordo assinado nesta sexta-feira definiu detalhes e confirmou o entendimento acertado na última reunião realizada no início do ano pelos dois órgãos.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) assinaram na manhã desta sexta-feira, dia 08 de novembro de 2019, um Acordo de Cooperação Técnica que viabiliza e define a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) pela PRF nas rodovias federais do Maranhão.

O TCO é um instrumento legal que dá eficiência e celeridade policial em várias situações e atividades da PRF. O Termo é aplicado apenas em algumas situações específicas de menor potencial ofensivo. Em uma situação, por exemplo, em que uma pessoa seja flagrada na rodovia conduzindo veículo automotor sem possuir CNH ou permissão para dirigir, colocando em risco a vida de terceiros, o policial rodoviário federal poderá lavrar o TCO no local do ocorrido e já obter o ciente do acusado onde constará no documento o local e o horário da audiência onde ele deverá comparecer perante a autoridade judiciária. O dispositivo desburocratiza e dá eficiência ao processo, vez que a pessoa não é conduzida para a delegacia, o que permite aos policiais investir mais tempo em fiscalização nas estradas, realizar mais rondas preventivas, atendimento de acidentes e demais atividades que dizem respeito a atividade PRF. Em todo o país, a lavratura do TCO pela PRF confirmou os ganhos reais em eficiência e economicidade para a administração pública e para a outra parte envolvida.

Além do TCO o Acordo também permite a lavratura do Boletim de Ocorrência Circunstanciado (BOC), aplicado a menores de idade. Os dois instrumentos são amparados em dois artigos, sendo o TCO no Art. 69 Lei n° 9.099/95 e o BOC disposto no parágrafo único do Art. 173 da Lei n° 8069/90. O Acordo assinado nesta sexta-feira pelo superintendente da PRF, Paulo Fernando Nunes Moreno, e pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, foi o de número 0046/2019 TJMA. Com a celebração do Acordo, o Tribunal de Justiça do Maranhão disponibilizará acesso ao sistema Malote Digital, cadastrando unidades e habilitando usuários da Superintendência Regional da PRF (SRPRF-MA), que doravante passarão a ter acesso a este sistema específico.

Não faz muito tempo, a lavratura de TCO pelas polícias ostensivas foi uma grande celeuma em todo o Brasil, quando chegou a ser barrada em alguns estados sob pretexto de inconstitucionalidade. Com as últimas decisões no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a questão em tela, o entendimento foi de acolher a lavratura de TCO com lastro nos princípios constitucionais de eficiência e economicidade.

Fonte: Núcleo de Comunicação Social da PRF

Polo Timon: Semana de Valorização do Oficial de Justiça - Inscreva-se!

Oficiais de Justiça do TJMA que atuam no polo de Timon - comarcas de Caxias, Codó, Coelho Neto, Coroatá, Igarapé Grande, Pedreiras, Poção de Pedras, São Mateus e Timbiras - participam de 26 a 29 de novembro, de uma série de eventos que tem como objetivo discutir e aprimorar a atuação desses profissionais, responsáveis pelo cumprimento dos mandados expedidos pelo Judiciário.

O evento será realizado na Escola Judiciária do Piauí (Rua Joca Vieira, 1449 - Bairro Jockey Club - Teresina), por meio de parceria entre o TJMA, TJPI, EJUD-PI e ESMAM - escolas judiciais de ambos os Estados. As inscrições estão abertas no Sistema Tutor, de 11 a 15 de novembro.

Na Semana de Valorização do Oficial de Justiça, além do curso específico, serão ministradas palestras e atividades sobre o exercício das funções do cargo. Oficiais também poderão se inscrever no curso de Segurança Pessoal no Cumprimento de Mandados. O módulo 1 destina-se a quem ainda não participou da formação. Já o segundo módulo é complementar ao inicial e destina-se aos que já cursaram a primeira fase. Veja a programação completa do evento aqui. As informações são do TJMA.

FacebookTwitterWhatsAppEmailPrint

Prefeitura e empresa vão pagar R\$ 20 mil a aprovada em concurso anulado

Candidata havia sido aprovada em 1º lugar no concurso da Prefeitura de Nova Floresta, mas foi prejudicada após o concurso ter sido anulado por fraudes

A Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba determinou que o Município de Nova Floresta e uma empresa realizadora de concursos públicos paguem R\$ 20 mil, solidariamente, como indenização por danos morais a uma candidata aprovada em 1º lugar para o cargo de agente comunitário de saúde em um concurso da Prefeitura, mas que foi prejudicada após o concurso ter sido anulado por fraudes. A decisão cabe recurso a instâncias superiores da justiça.

A anulação do concurso foi uma recomendação do Ministério Público da Paraíba (MPPB) após constatação de fraude e vícios causados pela realizadora do concurso, investigados pela Polícia Federal no escopo da Operação Gabarito.

Conforme o processo, o edital previa duas vagas a serem preenchidas para o cargo, porém, após a anulação do concurso, a candidata interpôs recurso, alegando danos morais e materiais.

Além disso, a candidata argumentou negligência e fraude da própria Administração no referido certame, defendendo a responsabilidade civil dos réus com base na perda de uma chance e pugnando pelo provimento do apelo.

Em julgamento em primeiro grau, ao Justiça entendeu como improcedentes os pedidos da candidata por entender que, mesmo em primeiro lugar, a promovente não estaria garantida no cargo.

Recurso
Porém, no julgamento do recurso, o juiz relator convocado Aluízio Bezerra Filho entendeu que a candidata teria direito subjetivo à nomeação.

“Em que pese o concurso tenha sido anulado por recomendação do Ministério Público diante das inúmeras irregularidades atribuídas à Banca Examinadora em outros certames, a edilidade deveria ter se insurgido contra a orientação do órgão ou teria selecionado melhor a empresa que prestaria o seu serviço. Face a esses apontamentos, vejo como legítimo o pleito da autora ao pagamento de indenização por danos morais”, afirmou o relator.

Do portal Correio

SJNOTÍCIASMA/RETRATAÇÃO

Sobre a matéria vinculada aos dias 21.05.2019, com o título: "Presidente Do Tribunal De Justiça do Maranhão, QUER QUE DENÚNCIAS DOS DELEGADOS TIAGO BARDAL E NEY ANDERSON SEJAM APURADAS", que apenas replicou uma reportagem veiculada em outro blog e não afirmou que a inteligência fez interceptação legal, espionagens e escutas legais.

Esclarece ainda, que o Delegado Antônio Carlos Martins Júnior, Chefe do Centro de Inteligência da SSP-MA não é citado como o autor ou mandante da interceptação ilegal"

Quanto a matéria veiculada aos dias 01.07.2019, com o título: "EXCLUSIVO! DELEGADO DIZ QUE O CHEFE DA INTELIGÊNCIA DA SSP-MA, CONSOME, COMPRA E VENDE COCAÍNA", que em nenhum momento teve o intuito de ofender a honra do DELEGADO ANTONIO CARLOS MARTINS JÚNIOR, uma vez que este possui conduta ilibada dentro e fora da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão e que não existe nada desabonador em sua conduta moral, correlacionada à matéria em questão, em razão disto vem de público, pedir desculpas pelos transtornos causado ao agente público.

Violência: 47 casos de feminicídio registrados no Maranhão este ano

De todas as ocorrências deste ano, nove foram aconteceram na região metropolitana de São Luís. Na Grande Ilha, sete agressores foram presos e dois cometeram suicídio após praticarem o crime

NELSON MELO

11/11/2019

No Maranhão, já foram registrados 47 feminicídios em 2019. Destes, nove aconteceram na região metropolitana de São Luís, segundo dados divulgados pelo Departamento de Feminicídios da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP). Os números superaram o saldo de todo o ano passado, que fechou com 45 casos. As estatísticas apontam que a quase totalidade das vítimas não procurou ajuda do Estado ou de qualquer outra instituição.

Os números foram divulgados pela delegada Viviane Fontenelle, titular do Departamento de Feminicídios, durante a abertura da "III Semana Estadual de Combate ao Feminicídio", que acontece até o dia 16 de novembro, com programação variada. De acordo com ela, dos 47 casos registrados no Maranhão em 2019, 32 agressores foram presos no interior. No entanto, seis autores permanecem foragidos. Já na Grande Ilha, dos nove crimes contabilizados até agora, sete suspeitos foram capturados e dois cometeram suicídio logo após matarem as mulheres.

Para a delegada, é importante denunciar o agressor logo no primeiro ato que indique uma alteração de comportamento. "Tem que ficar de olho nos sinais que simbolizam a violência, que não é apenas física. Ela ocorre em várias instâncias, como a patrimonial, moral, sexual e psicológica. A mulher não pode esperar a violência física acontecer, pois os demais tipos de conduta podem desencadear algo mais grave", enfatizou Viviane Fontenelle.

A delegada frisou que a vítima das agressões deve procurar ajuda o mais rápido possível, para que a mulher possa sair com segurança da situação abusiva. "É importante que nos procure, na Casa da Mulher Brasileira, onde há uma rede de proteção às mulheres", disse a titular do Departamento de Feminicídios.

Ausência de denúncias

A coordenadora das Delegacias de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Codevim), delegada Kazumi Tanaka, esclareceu que a maioria das mulheres que passaram por uma situação de violência no Maranhão não buscou ajuda estatal, ou não procurou auxílio de alguma organização que atue nesse enfrentamento. "Temos que levar essa informação, fazer com que ela acredite, antes que uma situação pior aconteça", destacou a delegada.

No início deste ano, inclusive, a fim de combater e prevenir as agressões, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA) se reuniu com a Codevim, a 2ª Promotoria de Justiça da Defesa da Mulher de São Luís e a 2ª Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. No encontro, foi debatido o aperfeiçoamento de

estratégicas para o aprimoramento do uso de Formulários de Riscos no Maranhão.

O formulário é uma ferramenta recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tem o objetivo de identificar com mais eficiência e agilidade os riscos aos quais as mulheres em situação de violência doméstica e familiar estão expostas.

Alguns casos

Dezenas de municípios maranhenses registraram casos de feminicídio este ano. Um dos casos ocorreu em Itapecuru-Mirim, onde Taynara Cristina, de 23 anos, foi morta pelo companheiro, Francisco Linhares. De acordo com a Polícia Militar, o casal estava em um bar quando iniciou uma discussão motivada por ciúmes. Após o crime, o autor fugiu do local. Ele foi preso poucos dias depois, na zona rural de Cantanhede.

Taynara Cristina e Francisco Linhares estavam juntos por cerca de três anos. Segundo familiares da vítima, ambos sempre brigavam por conta dos ciúmes do companheiro. Outro caso aconteceu na cidade de Estreito, na zona rural do município, onde Dayara Maia Ferreira, 25, foi espancada com um pedaço de pau na cabeça e depois levou um tiro que atravessou o crânio. O autor foi o próprio marido, Vilson Marinho, que praticou o crime na frente do filho de sete anos do casal.

Em São Luís, no mês de outubro, houve a morte de Dayane Christina Oliveira Nunes, 33, em um condomínio localizado na Avenida dos Franceses, no bairro Outeiro da Cruz. Ela foi morta por Evaldo Lima Sampaio, então namorado da vítima, que, após anunciar que iria se apresentar na SHPP, cometeu suicídio ao atirar na própria cabeça. Evaldo não resistiu no Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão I).

Em Trizidela do Vale, na região do Médio Mearim, Jaqueline Rodrigues da Silva foi morta a golpes de faca pelo ex-namorado, Ivan da Silva Sousa, o “Vandinho de Mossoró”. Ela foi surpreendida pelo autor quando estava em um bar, acompanhada de amigos, para comprar cigarros. A vítima foi atingida por golpes de faca no abdômen e nas costas e ainda foi levada com vida ao hospital, mas não resistiu na unidade de saúde de Peritoró.

O ex-marido da vítima tentou fugir, mas foi cercado por uma multidão, que o agrediu com diversas pauladas, socos e pontapés.

Semana de prevenção

A “III Semana Estadual de Combate ao Feminicídio” começou nesse domingo, na Praça Benedito Leite, Centro Histórico de São Luís. A abertura aconteceu durante a realização da tradicional “Feirinha São Luís”. Com o tema “Por uma Vida Digna”, o evento, que será encerrado no próximo dia 16, ofereceu várias atividades para as mulheres, como maquiagem, massagens, tratamento nos cabelos e orientações sobre saúde.

Também foi montado um grande estande, onde foram entregues panfletos alertando sobre a violência contra as mulheres. “É importante que repliquemos experiência dos anos anteriores, para levarmos informações à população, a fim de prevenir o feminicídio acima de tudo”, salientou a delegada Kazumi Tanaka.

Segundo a delegada, no decorrer desta semana, ocorrerão palestras e visitas à Casa da Mulher Brasileira. Na quarta-feira, 13, quando será comemorado o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio, ocorrerá uma programação especial na Praça Nauro Machado, Centro Histórico de São Luís, a partir das 17h30. O encerramento será às 16h30 do dia 16, com uma caminhada na Avenida Litorânea.

PH

Cerca de 20 projetos elaborados para efetivação de políticas públicas no âmbito do Sistema de Justiça e Segurança Pública serão apresentados hoje a gestores e membros de várias instituições, por profissionais que atuam no Tribunal de Justiça e Ministério Público do Maranhão.

No assunto: a apresentação será durante o seminário “A Gestão de Projetos e as Contribuições para o Sistema de Justiça”, que será realizado no Auditório do Fórum de São Luís (Calhau), às 14 horas.

Em tempo: o desembargador Froz Sobrinho, diretor da ESMAM, explica que as atividades fazem parte de um programa que visa a estruturação do Laboratório de Inovação e Monitoramento de Políticas Públicas Judiciárias.